

# ORIGENS E CONEXÕES NORTE-AMERICANAS DO AGRIBUSINESS NO BRASIL<sup>1</sup>

Mario Grynszpan

## RESUMO

Este artigo é produto de uma pesquisa maior, cujo objetivo é trazer elementos de compreensão dos processos históricos de afirmação do agronegócio no Brasil, contribuindo para uma relativização da visão reificada que dele se impôs. O agronegócio é tomado, hoje, como um ente com características, interesses e formas de ação próprios, como uma realidade incontornável, para cuja gênese social pouco se atenta. É como agribusiness que ele chega ao Brasil, a partir dos Estados Unidos, por intermédio de redes de agentes institucionais e individuais dos dois países, cujas trajetórias se interconectam. O foco do texto se centra nos Estados Unidos, estudando processos, trajetórias, debates que são fundamentais para se compreender os percursos e os modos pelos quais o agronegócio entra e se afirma no Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

Agronegócio. Economia. Agricultura. Negócio.

## ABSTRACT

This article is the product of a larger research project whose goal is to bring elements of understanding of the historical processes of affirmation of agribusiness in Brazil, contributing to a relativization of a reified view that it was imposed about it. Agribusiness is taken today as an entity with unique characteristics, interests and ways of action, as an inescapable reality, little attention being paid to its social genesis. The idea of agribusiness arrives in Brazil from the U.S., through networks of agents, both institutional and individual, in both countries, whose trajectories are interconnected. The text has its focus on the United States, studying processes, trajectories, debates that are central to understanding the pathways through which agribusiness enters and consolidates in Brazil.

## KEYWORDS

Agribusiness. Economics. Agriculture. Business.

## 1 Introdução

A agropecuária tem uma forte presença na economia brasileira, correspondendo a cerca de 25% do PIB e 37% das exportações (SANIELE, 2011). A importância econômica da agropecuária, sobretudo na exportação, parece ser uma das marcas mais antigas e contínuas de nossa história. Desde jovens, aprendemos que o Brasil se afirmou como uma nação agroexportadora, com uma história econômica dividida em diferentes ciclos, cada um associado a um produto específico, como o açúcar, a borracha e o café. Desse modo, o fato de sermos hoje um dos maiores exportadores mundiais de *commodities* oriundas da agropecuária nos soa como uma consequência óbvia, um desdobramento natural de nossas raízes e tradições históricas, de nossa vocação econômica.

Mas esse *continuum* secular é mais aparente do que efetivo. Sob a capa da permanência e da continuidade ocorreram rupturas profundas, mudanças importantes. Além disso, longe de serem um resultado inevitável, a configuração e a posição atual da agropecuária brasileira é produto de conjunções específicas de processos e fatores diversos. Dentre esses, destaquem-se as relações entre diferentes agentes, individuais, coletivos ou institucionais, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, suas alianças e disputas, seus investimentos, os

recursos de distintas ordens que acionam, de objetivos a simbólicos, suas tomadas de posição, seus cálculos e decisões, inclusive os concernentes às condições naturais. A própria ideia de uma agropecuária brasileira, sua imagem pública, é produto dessas relações. Ela é, muitas vezes, a difusão como gerais, como nacionais mesmo, de objetivos, interesses, estratégias, projetos que são particulares, específicos de determinados grupos. Mas para que essa difusão seja eficaz, gerando uma significativa aceitação e reconhecimento, é fundamental que se produza um desconhecimento do seu caráter de construção, tornando-se opacos o seu trabalho e os seus princípios de imposição. É o que se observa com a afirmação de uma noção que, hoje, se tornou inseparável da agropecuária brasileira: agronegócio.

O uso mais sistemático do termo agronegócio no Brasil, embora já o tenhamos naturalizado, é relativamente recente. Ele passou a figurar, de início de modo mais pontual, em documentos de circulação restrita, em fins dos anos 1960 e começo dos 1970, na sua forma inglesa, agribusiness. Foi apenas na década de 1990 que, de um modo mais claro, seu emprego se expandiu e passou a se tornar corrente. Foi também nesse período que a sua tradução em português foi se afirmando.<sup>2</sup> Ele hoje circula de forma franca, ampla, recorrente, na mídia, nos discursos e projetos oficiais, nos meios polí-

1. A pesquisa que dá base a este trabalho se inscreve no âmbito do projeto temático "Circulação internacional e formação dos quadros dirigentes brasileiros", coordenado por Leticia Bicalho Canedo, do Grupo de Estudos Sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares (FOCUS), da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o apoio da FAPESP. A pesquisa tem também o apoio do CNPq, por meio de uma bolsa de produtividade.

2. Na passagem de agribusiness a agronegócio uma série de sentidos novos e distintos é agregada ao termo. Não se trata, portanto, de mera tradução, mas de uma redefinição mesmo, que se inscreve em um conjunto de lutas políticas. Entender essa passagem de modo mais fino é fundamental e será objeto de trabalho futuro. Neste texto, assumindo os limites e o *bias* decorrente da opção, agribusiness e agronegócio serão utilizados de forma intercambiável, como sinônimos.

ticos, nas declarações de lideranças empresariais, nos documentos e manifestações de movimentos sociais, nos textos e debates acadêmicos, mesmo que por vezes carregado de sentidos distintos.

A afirmação da noção de agronegócio vem se fazendo igualmente pelo trabalho de produção e imposição de novas representações do rural, de seus agentes e de suas relações não somente com o urbano, mas com o mundo de maneira mais ampla. Tal trabalho não se faz sem resistências, sem se colocar em competição com outras representações, já estabelecidas ou em busca de se estabelecer como dominantes. De todo modo, quer se trate de uma postura de condenação, quer de aprovação, as batalhas discursivas em torno do agronegócio contribuem para lhe conferir existência, visibilidade, confluem para a sua objetivação. Assim, mais do que um conceito, agronegócio é hoje um ente social, que pode ser visto e localizado no espaço, que pode ser medido, dimensionado numericamente, que tem instituições, interesses e porta-vozes próprios, que se opõe a outros entes, interesses e instituições, que enseja políticas públicas e que se transforma ao longo do tempo. Em grande parte, agronegócio se impôs no Brasil também como categoria de identificação e de aglutinação de agentes que, ainda que sob a égide do agro, da agropecuária, estão posicionados em diferentes setores da economia e têm um espaço de circulação que não se restringe ao mundo rural. São eles que buscam falar em nome da agropecuária brasileira, a dizer o que é, a expressar os seus interesses e necessidades, deslocando grupos que detinham anteriormente essa palavra autorizada.

3. Utilizo o termo economia agrícola em lugar de economia rural, que é a forma corrente no Brasil, para ser coerente com a denominação americana, agricultural economics.

Reconstituir a história da afirmação do agronegócio, portanto, é restituir o seu caráter de construção, evidenciando seus agentes, suas alianças e conflitos de toda ordem, contribuindo para romper com a sua visão reificada, substancializada. Esse é o objetivo da pesquisa na qual se inscreve este artigo. Ele é parte de uma investigação mais ampla sobre a gênese do agronegócio no Brasil e, portanto, se articula a um conjunto de outros textos que virão a ser publicados sobre o assunto. O agronegócio chega ao Brasil como agribusiness, a partir dos Estados Unidos, por intermédio de redes de agentes institucionais e individuais dos dois países, cujas trajetórias se interconectam. O que aqui se busca é estudar o processo de afirmação do agribusiness nos Estados Unidos, atentando para as trajetórias, e seus cruzamentos, de agentes individuais, instituições, disciplinas, espaços profissionais. O foco principal estará nos Estados Unidos, mas como base para a compreensão da entrada e da afirmação do agribusiness no Brasil. Assim, ao final, as conexões com o Brasil serão destacadas, mas sem a pretensão maior de fineza ou de exaustividade, já que extrapolaria em muito os limites de um artigo.

## 2 Gênese do agribusiness nos Estados Unidos e entrada no Brasil

A formulação e a definição de agribusiness são atribuídas a dois economistas agrícolas<sup>3</sup> norte-americanos: John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg. Eles eram professores da Universidade de Harvard em 1957, quando publicaram *A concept of agribusiness* (DAVIS; GOLDBERG, 1957), livro re-

conhecido até hoje como aquele em que se cunhou e disseminou o conceito. Fundindo agriculture e business, as duas palavras que compunham o nome do programa dirigido por Davis na Graduate School of Business Administration da Universidade de Harvard, o neologismo agribusiness tinha o sentido de enfatizar que a agricultura era também um negócio, mesmo que com especificidades, e como tal deveria ser tratada, gerida. Vários desdobramentos resultavam dessa associação. Um deles, aparentemente mais óbvio, era o de que, como qualquer negócio, a agricultura se sujeitava às leis do mercado. Outro era o de que ela não podia ser pensada isoladamente, levando em conta apenas os interesses e necessidades dos agricultores. A agricultura era um negócio que envolvia muitas e diferentes etapas e operações, dentro e fora da fazenda. Ela era uma cadeia de elos interdependentes, que ia da produção de insumos e do financiamento, passando pelas fazendas, até o transporte dos produtos, sua armazenagem, processamento e distribuição. Além do fazendeiro e de seus empregados, portanto, ela envolvia uma série de distintos agentes, como indústrias químicas, de sementes, de máquinas, bancos, centros de pesquisa, técnicos, transportadoras, armazenadoras, processadoras, supermercados e consumidores, entre outros.

Essa integração vertical do negócio agrícola era apresentada pelos autores não como uma possibilidade futura, mas como a constatação científica de uma realidade

de que já se configurava, uma inevitabilidade, um destino incontornável determinado pelo curso do desenvolvimento histórico. E quanto mais rápido os fazendeiros se conscientizassem disso, assumindo sua nova persona, a de homens de negócios, tanto maiores seriam as suas chances de sucesso, as da agricultura de evoluir com qualidade e as dos consumidores de se alimentarem melhor, com diversidade e abundância e a preços acessíveis.<sup>4</sup>

Um dos primeiros registros do uso público da noção de agribusiness por Davis data de 1955. Nesse ano, em uma fala intitulada “Business responsibility and the market for farm products”, proferida na Boston Conference on Distribution, ele enfatizou a necessidade de se encontrar um conceito que contemplasse as novas tendências da economia, a relação moderna, de interdependência, de trabalho de equipe, entre agricultura e negócios. Esse conceito era agribusiness (DAVIS, 1955 apud FUSONIE, 1995, p. 343). No ano seguinte, em “From agriculture to agribusiness”, artigo publicado na *Harvard Business Review*, Davis (1956) retomou a questão. Para justificar a necessidade do novo conceito, traçou uma rápida evolução da agricultura, argumentando que, de um quadro de relativa autarcia, ela havia chegado a uma situação de crescente interdependência com outros setores da atividade econômica. Segundo ele, a agricultura moderna era tão inseparável das empresas que produziam seus insumos e das que vendiam, processavam e distribu-

4. Juntamente com o jornalista Kenneth Hinshaw, especializado em assuntos agrícolas e relações públicas, que trabalhava para entidades de agricultores, Davis, em 1957, publicou um livro em que realidade e ficção se misturavam para narrar o percurso histórico da fazenda autossuficiente à agricultura moderna, identificada com o agribusiness. Nesse percurso, o fazendeiro assumia sua nova persona, abandonando suas vestimentas e seus hábitos tradicionais, para se apresentar como um homem de negócios. O título do livro, que vendeu mais de 30.000 exemplares, era *Farmer in a business suit* (DAVIS; HINSHAW, 1957).

íam seus produtos, que paralisaria se estas deixassem de existir. Em uma situação inversa, tais empresas perderiam igualmente o seu sentido. Assim, era preciso mudar a chave de percepção da agricultura como setor isolado, pensando-a de forma verticalizada, como parte de um processo maior, de um negócio maior, o agribusiness.

A agricultura americana vinha passando por profundas transformações desde a Guerra Civil, em meados do século XIX. Nesse período de cerca de 100 anos, a população rural sofreu uma forte redução. Em 1870 ela representava cerca de 48% da população total e, em 1950, 15%. O número de fazendas também diminuiu, mas as que ficaram aumentaram significativamente sua área média, isto é, houve uma concentração da propriedade da terra. Essas tendências se intensificaram a partir dos anos 1940, segundo alguns autores, impulsionadas pelas políticas agrícolas que foram então adotadas e que terminaram por beneficiar principalmente os grandes produtores, os que mais investiram em mecanização, tecnologia, novas práticas, alimentando, por outro lado, a exclusão dos menores, a liberação de mão de obra e o êxodo rural. Com efeito, a população rural teve uma redução de aproximadamente 26% entre 1940 e 1950, enquanto a população total cresceu mais de 14%. O número de fazendas teve uma redução de 10% no mesmo período, ao passo que a área média aumentou mais de 27% (RASMUSSEN, 1983; RASMUSSEN; STONE,

1961; KIRKENDALL, 1986; SCHAPSMEIER; SCHAPSMEIER, 1992; HOOKS, 1990)<sup>5</sup>.

Mas essa era a paisagem que se enxergava quando o foco centrava-se exclusivamente na agricultura. Como acentuava Davis (1956), se observada a partir da lente do agribusiness, a agricultura, dentro da economia dos Estados Unidos de maneira geral, estava longe de se esvaziar e perder importância. O agribusiness era então, segundo ele, responsável por cerca de 40% do produto nacional bruto americano e empregava em torno de 35% da força de trabalho do país. Era essa a forma de percepção de agricultura a que deveriam aderir não somente os interlocutores acadêmicos de Davis, mas também um conjunto de outros aos quais igualmente se dirigia, como os próprios agricultores e suas entidades de representação, empresários de maneira geral, da indústria, comércio e finanças, partidos, autoridades, governantes, formuladores de políticas.

A análise de Davis tinha, entre outros, o propósito de influenciar a realização de escolhas, a tomada de decisões, a formulação de políticas. Agribusiness era não somente um conceito, no sentido de uma construção mental que visava dar conta de uma realidade existente, mas uma tentativa mesmo de afirmar essa realidade, produzindo o convencimento de que aquela que era uma das vias possíveis para a agricultura era, na verdade, seu destino incontornável, única saída racional, viável para os seus problemas e, mais, para a economia americana de ma-

5. Em *Trucking country: the road to America's Wal-Mart economy*, o historiador Shane Hamilton mostra como, nesse período, muitos pequenos agricultores e trabalhadores rurais que haviam acumulado recursos para a compra de terras acabaram se tornando caminhoneiros, trabalhando no transporte de produtos agrícolas. Em grande parte não sindicalizados, eles faziam o transporte a preços mais baixos, gerando um conflito que foi explorado por autoridades como o secretário da Agricultura do presidente republicano Dwight David Eisenhower, a partir de 1953, o conservador Ezra Taft Benson, com o objetivo não apenas de reduzir o custo dos transportes, mas também de enfraquecer os sindicatos (HAMILTON, 2008).

neira mais ampla e mesmo para o acesso a alimentos e fibras em escala mundial. Davis ressaltava em seu texto, inclusive, a importância da organização de grupos e projetos de pesquisa orientados pela noção de agribusiness, com o sentido de produzir dados, conhecimentos que alimentariam e fundamentariam a formulação de políticas, além das estratégias dos agricultores e das empresas. A solução para o problema agrícola passava pela verticalização, passava por pensá-lo como um problema de agribusiness e não mais puramente de agricultura<sup>6</sup>.

Davis também falava para eleitores e candidatos políticos, já que em 1956, quando foi publicado o seu artigo, ocorreriam eleições presidenciais. Um dos candidatos era o então presidente Eisenhower, que buscava a reeleição pelo Partido Republicano e a quem Davis havia servido como secretário adjunto do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 1953 e 1954. Os próprios editores do número da *Harvard Business Review* em que “From agriculture to agribusiness” foi publicado destacaram a possibilidade de repercussões

políticas do artigo naquele ano eleitoral. Segundo eles, os números apontados por Davis poderiam indicar que o público sensível a discursos identificados com a agricultura poderia ser bem maior do que os percentuais de declínio da população rural levavam a supor, e que o voto rural poderia estar se transformando, de fato, em voto do agribusiness (THE EDITORS, 1956).

A marca política normativa estava presente também em *A concept of agribusiness*. Apresentado como primeiro produto sistemático de pesquisa do Programa de Agricultura e Business dirigido por Davis, o livro dividia-se em quatro capítulos. No primeiro, assim como no artigo de 1956, traçava-se uma evolução geral histórica da agricultura no sentido de sua crescente interdependência. No segundo, eram apresentados e discutidos dados sobre a dimensão do agribusiness na economia americana de maneira geral. No terceiro, com base na teoria de fluxos interindústrias de input-output do economista de origem russa Wassily Wassilyovitch Leontief<sup>7</sup>, procurava-se dar fundamentação científica, quan-

6. Em “Policy implications of vertical integration in United States agriculture” (DAVIS, 1957), publicado em 1957 no *Journal of Farm Economics*, o autor explorou mais detidamente o tema da formulação de políticas fundadas na noção de agribusiness, na integração vertical da agricultura.

7. Wassily W. Leontief formou-se em economia pela Universidade de Leningrado, antiga São Petersburgo, onde seu pai havia sido professor de economia. Seu doutorado foi concluído na Universidade de Berlim, onde estudou com Werner Sombart e Ladislaus Bortiewicz, com uma tese sobre a economia como um fluxo circular. Era um crítico do regime soviético, tendo sido preso algumas vezes enquanto estudante. Começou sua vida profissional no Instituto de Economia Mundial da Universidade de Kiel, na Alemanha, foi assessor do Ministério das Estradas de Ferro na China e, em 1931, foi trabalhar no National Bureau of Economic Research, em Nova Iorque, onde começou a formular a teoria de equilíbrio geral que lhe deu notoriedade e que, em 1973, lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia. Em 1932, foi para o Departamento de Economia de Harvard onde, contando com importantes recursos de pesquisa, desenvolveu suas matrizes de input-output, fundadas no princípio, justamente, da interdependência entre os diferentes setores do sistema econômico. Aplicou suas teses ao estudo da economia americana, o que resultou na publicação, em 1941, do livro *The structure of American economy: an empirical application of equilibrium analysis* (LEONTIEF, 1941). Suas pesquisas receberam apoio sistemático da Fundação Rockefeller a partir de 1947. Leontief permaneceu em Harvard até 1975, quando foi para a Universidade de Nova Iorque, onde fundou um Instituto de Análise Econômica (LAHIRI, 2000; THE ROCKEFELLER FOUNDATION, 1947; WASSILY..., 1999).

titativa, à abordagem de agribusiness, à integração vertical da agricultura. Finalmente, no quarto capítulo, os autores tentavam extrair implicações do conceito de agribusiness na formulação de políticas (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Nos dois anos que se seguiram à publicação, o termo agribusiness apareceu em pelo menos 40 artigos e resenhas de dez periódicos (KING et al, 2010, p. 554). Embora o último fosse o menor dos capítulos, a intenção de fazer da noção de agribusiness um norteador da formulação de políticas foi destacada por alguns dos resenhistas. De maneira geral, *A concept of agribusiness* parece ter sido inicialmente recebido como uma novidade, um trabalho instigante, bem fundamentado, mas, de certo modo, ainda exploratório. Para alguns dos resenhistas, a noção de agribusiness, mais do que uma caracterização de uma situação existente, era um projeto, base para a elaboração e implementação de políticas, de formulação de estratégias consideradas mais racionais e promissoras (TRELOGAN, 1957; RUST, 1957; MILLIMAN, 1958; SHERIDAN, 1958).

Na década de 1960, porém, intensificou-se a apropriação sistemática da noção de agribusiness, que passou mesmo a dar base à

formação de instituições e comitês próprios, com atores e recursos de origens diversas, públicas e privadas, com o apoio importante de fundações como a Ford e a Rockefeller.<sup>8</sup> Com isso, Davis, mas, sobretudo, Goldberg, uma vez que o primeiro, mais velho, era já bastante conhecido, alcançaram grande projeção, nacional e internacional, tornando-se importantes referências acadêmicas, profissionais, empresariais e governamentais, dentro e fora dos Estados Unidos.

As origens e a formação de Davis são semelhantes às de grande parte dos economistas agrícolas de sua época. Ele nasceu em 1904, filho de agricultores do Missouri, estado do Meio-Oeste americano. Sua formação universitária foi feita em land grant colleges, começando pelo Iowa State College, onde se graduou, e, depois, pela Universidade de Minnesota, onde concluiu seu mestrado e seu doutorado.

Os land grant colleges são a origem das universidades estaduais públicas americanas. Eles foram criados com base em uma lei aprovada em 1862, durante a Guerra Civil (1861-1865), o Morrill Act, pela qual os estados poderiam receber terras federais para a criação de faculdades de agricultura e de mecânica.<sup>9</sup> O primeiro estado a se habi-

8. Um exemplo foi o Agribusiness Council, criado em 1967 pelo então presidente Lyndon B. Johnson. Tratava-se de uma instituição privada, com membros das áreas de negócios, academia, fundações e governo, cujo foco principal eram as trocas internacionais de produtos agrícolas e sua conexão com programas de desenvolvimento de países subdesenvolvidos, e que também atuava como um grupo de lobby junto aos tomadores de decisão na esfera federal. Além do apoio do governo, seus recursos vinham, entre outros, das fundações Rockefeller e Ford. O grupo Rockefeller em particular, cabe enfatizar, teve papel fundamental na afirmação do agribusiness dentro dos Estados Unidos e, também, em outros países como o Brasil, como se verá adiante (THE AGRIBUSINESS; THE ROCKEFELLER FOUNDATION, 1968; THE FORD FOUNDATION, 1969).

9. A lei tinha o nome do congressista que a apresentou, Justin Smith Morrill, do estado de Vermont, no Nordeste dos Estados Unidos, e um dos fundadores do Partido Republicano. Como foi aprovada durante a Guerra, a lei também incluía nos land grant colleges o ensino de táticas militares. Pela lei, a extensão de terras recebida pelos estados era proporcional ao número de congressistas de cada um. Isso significava que os estados mais populosos receberiam maiores concessões. As terras poderiam ser vendidas para a criação de um fundo que financiaria o ensino. Os prédios e a infraestrutura seriam fornecidos pelos estados.

litar foi justamente Iowa. Um dos objetivos primordiais da medida era prover uma formação voltada para as necessidades práticas do processo de desenvolvimento e da industrialização nos Estados Unidos. O que estava em jogo era a produção não propriamente de conhecimento, mas de técnicos capazes de aplicá-lo e de difundi-lo. Desse modo, o ensino naqueles colleges era de início fundamentalmente técnico, aplicado, ainda que, no texto da lei, a pesquisa básica e os estudos clássicos não fossem excluídos. Assim, eles se distanciavam do perfil das universidades tradicionais. E não era apenas no tipo de ensino ou de objetivo que esse distanciamento se dava, mas também nas características sociais dos alunos. Os estudantes dos land grant colleges tinham origens sociais mais baixas do que os das universidades tradicionais, incluindo negros (MCDOWELL, 2003, p. 33). Alguns desses colleges eram exclusivos de negros até 1954, quando uma decisão da Suprema Corte declarou inconstitucional a educação separada<sup>10</sup>.

A criação de land grant colleges já havia sido tentada anteriormente, mas havia esbarado no veto do Sul, que via na medida uma interferência do poder central na autonomia dos estados. Esse veto foi eliminado com a Guerra Civil, o que permitiu a aprovação do Morrill Act. Essa mesma conjuntura permitiu a aprovação de três outras leis com medidas que, juntamente com o Morrill Act, produziram um impacto significativo na agricultura americana, em especial no Meio-Oeste e no Oeste: a criação do US-

DA, a concessão da propriedade a colonos estabelecidos em terras federais e a construção de uma ferrovia transcontinental, a Pacific Railway. Ainda que não de imediato, essas medidas contribuíram para reforçar uma tendência que já vinha se observando de aumento da produtividade agrícola com o emprego de máquinas e tração animal e com a produção crescentemente voltada para o mercado nas propriedades do Meio-Oeste. Ferrovias permitiram a circulação mais ampla e mais rápida dos produtos, o USDA passou a produzir estatísticas e a difundir informações e os land grant colleges desenvolveram um trabalho de extensão, atuando junto aos agricultores no sentido de que adotassem novas técnicas, insumos, práticas, bem como rotinas de gestão da produção e do orçamento (RASMUSSEN, 1965; RASMUSSEN; STONE, 1961; KIRKENDALL, 1986; GILBERT; HOWE, 1991).

Uma iniciativa importante foi a aprovação do Hatch Act, de 1887, que concedia recursos aos land grant colleges para que criassem estações experimentais agrícolas.<sup>11</sup> A criação dessas estações fez com que aquelas escolas, como um primeiro efeito significativo, deixassem de ser exclusivamente voltadas para o ensino e se lançassem também na atividade de pesquisa. Em segundo lugar, cabe destacar que o investimento em pesquisa veio associado a um reforço do caráter extensionista dos colleges. Tratava-se de testar e de levar aos agricultores as descobertas, invenções, inovações ali produzidas. O extensionismo alcançou tal dimensão e tornou-se um trabalho tão importan-

10. Aprovado durante a Guerra, o Morrill Act excluía de início os estados do Sul, estipulando que a não existência de conflito com a União era condição necessária para a obtenção da concessão. Com o fim da Guerra, aqueles estados puderam também ser beneficiados. Em 1890, uma nova lei do mesmo congressista provia mais recursos para os land grant colleges e condicionava o acesso ao benefício à inclusão de negros ou à criação de instituições específicas para negros (RICHTER, 1962).

11. O autor da lei foi William Hatch que, na época, presidia o comitê de agricultura do Congresso.

te para os colleges, é certo, mas igualmente para a agricultura americana de maneira mais ampla, que foi regulamentado por lei em 1914. O Smith-Lever Act definia que o extensionismo agrícola, entendido como a atividade educacional de difusão, demonstração prática e convencimento do uso de tecnologia e de conhecimento resultante da pesquisa em agricultura e em economia doméstica, seria uma atividade de cooperação desenvolvida pelos land grant colleges, sob a supervisão e a administração do USDA, com recursos do governo federal e dos governos estaduais. A lei admitia também que condados, autoridades locais ou organizações e indivíduos pudessem doar recursos, o que foi feito por empresários locais, câmaras de comércio e, entre outros, o grupo Rockefeller.<sup>12</sup> Assim, os condados foram a base do trabalho de extensão, desenvolvido por agentes de condado. Os agentes organizavam agricultores mais inovadores, que tinham liderança local, em bureaux agrícolas, com a função de difundir os ensinamentos. Esses bureaux terminaram por dar origem a entidades formais que, em 1919, se articularam nacionalmente como a American Farm Bureau Federation (AFBF), organização de caráter conservador que se afirmou como um dos mais poderosos grupos de lobby e procurou não somente direcionar a pesquisa dos land grant colleges, mas também influenciar e exercer controle sobre as ações do USDA e as políticas agrícolas (HADWIGER, 1975; HADWIGER, 1976; GILBERT; HOWE, 1991; GEWEKE et al, 1999; ROSENBERG, 1971; SKOCPOL; FINEGOLD, 1982; FARM..., c2011).

De início, a pesquisa nos colleges abarcava um amplo campo denominado de ciência agrícola, que incluía estudos de biologia, passando por química até economia doméstica, entre outros. Com o tempo, porém, foi havendo um processo de especialização e de autonomização de cada uma das áreas de estudos, com a institucionalização de disciplinas e departamentos específicos. Estes por sua vez, passaram a dialogar mais sistematicamente com os departamentos correspondentes das universidades tradicionais, observando-se uma circulação de professores. Níveis mais altos de formação acadêmica passaram a ser esperados dos professores dos colleges e cursos de pós-graduação foram sendo criados. Um campo disciplinar, e uma área de profissionalização, que se afirmou nesse processo foi o da economia agrícola (ROSENBERG, 1971; KIRKENDALL, 1986; SKOCPOL; FINEGOLD, 1982).<sup>13</sup>

A afirmação da economia agrícola foi alimentada, em parte, pela percepção de que os problemas da agricultura demandavam soluções que iam além da biologia, da química e da engenharia. Em sua estreita ligação com os land grant colleges, o USDA passou a demandar desses, de forma crescente, pesquisas econômicas, séries estatísticas, estudos de preços, de modo a fundamentar suas ações e a formulação de políticas agrícolas. Foi a partir dos land grant colleges, portanto, que a economia agrícola se institucionalizou como uma área específica de estudos e como um campo profissional, já em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Foram eles que se afirmaram, de início, como os grandes centros

12. A lei era de autoria de dois parlamentares democratas de estados do chamado Sul Profundo, Michael Hoke Smith, senador e ex-governador da Geórgia, e Asbury Francis Lever, deputado pela Carolina do Sul. O texto da lei pode ser encontrado em Smith-Lever Act (1914).

13. Outro foi o da sociologia rural.

de formação na área. Os primeiros, mais reconhecidos e influentes, foram os de Winsconsin, Cornell e Minnesota, onde Davis e Goldberg fizeram seus doutorados, e, mais adiante, já nos anos 1930, o de Iowa. Foram sobretudo economistas agrícolas de land grant colleges que estiveram à frente da criação, em 1915, da National Association of Agricultural Economists.<sup>14</sup> Mas na medida em que a área foi ganhando projeção e importância, os departamentos de economia das universidades mais tradicionais passaram também a incorporar economistas agrícolas. Em 1927, por exemplo, Harvard decidiu criar uma linha de economia agrícola dentro do Departamento de Economia, contratando John D. Black, que havia se doutorado por Winsconsin e dirigido por cerca de uma década a Divisão de Economia Agrícola de Minnesota. Ele era então um dos mais influentes economistas agrícolas, tendo assessorado presidentes e o USDA em diferentes momentos (COCHRANE, 1983; GILBERT; BAKER, 1997; SHAARS, 1972).

Se a economia agrícola se afirmou, em parte, na tentativa não apenas de entender, mas de apresentar respostas para as questões da agricultura, seu reconhecimento tendeu também a crescer nos momentos em que essas questões foram mais evidentes, projetando-se para além do mundo rural, como de

interesse nacional. Assim, depois de um período favorável na segunda metade dos anos 1910, quando a I Guerra Mundial impulsionou a exportação de produtos americanos, a agricultura viveu uma situação de crise a partir da década de 1920 e durante a Depressão (GEWEKE et al, 1999, p. 35). Foi nesse quadro que, em 1922, foi criado no USDA o Bureau of Agricultural Economics (BAE). E no final dos anos 1920, o Social Science Research Council investiu na economia agrícola, bem como na sociologia rural, concedendo mais de uma centena de bolsas especificamente voltadas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa nessas duas áreas (MASON; LAMONT, 1982, p. 419).

Tendo sido esse o seu percurso, constituindo-se como uma disciplina, e uma profissão, não puramente acadêmica, mas, sobretudo, técnica, aplicada, normativa, e originando-se dos land grant colleges, a economia agrícola nos Estados Unidos teve uma forte relação com o campo da política, pública e também partidária, com empresas e com entidades de representação e grupos e interesses sociais. O envolvimento com a avaliação, a formulação e a execução de políticas agrícolas nas esferas local, estadual e, principalmente, federal foi uma das marcas das primeiras gerações de economistas agrícolas. A presença destes foi particular-

14. Em 1919, a Associação juntou-se à American Farm Management Association para criar a American Farm Economic Association. No mesmo ano, essa associação criou o periódico *Journal of Farm Economics* que, em 1968, teve o seu título alterado para *American Journal of Agricultural Economics*. A criação de uma área específica de economia agrícola passou pela sua autonomização em relação, além da ciência agrícola, também do Farm Management. Era Office of Farm Management o nome de um dos primeiros órgãos oficiais, criado em 1903, cobrindo o espectro de ações, e de quadros, do que mais tarde viria a se chamar de economia agrícola. Em 1919, o mesmo ano em que foi criada a American Farm Economic Association, ele passou a ser chamado de Office of Farm Management and Farm Economics. Ele foi uma das bases da criação, em 1922, do Bureau of Agricultural Economics (BAE) do USDA (GEWEKE et al, 1999, p. 34). Foram também importantes debates ocorridos em eventos com economistas sobre o caráter específico ou não da economia agrícola. Ver o relato de Henry Charles Taylor, um dos pioneiros da economia agrícola, em Taylor e Spillman (1922).

mente evidente no USDA, que abasteceram não apenas de estudos e diagnósticos, mas de quadros. O serviço público, além das universidades, foi o principal espaço de inserção profissional para os economistas agrícolas no seu momento de afirmação.

Um importante lócus de atuação dentro do USDA foi o BAE. Ele foi criado sob a coordenação de Henry Charles Taylor, fundador do primeiro departamento de Economia Agrícola, na Universidade de Winsconsin, e autor do primeiro livro-texto na área (HENRY..., 2005).<sup>15</sup> Criado e dirigido por Taylor, o BAE teve boa das suas posições ocupadas por profissionais oriundos de Winsconsin, além de Minnesota, Cornell e também Iowa. Eram esses land grant colleges que formavam a grande maioria dos economistas agrícolas até os anos 1930. Os de Winsconsin, identificados com uma visão política progressista, próximos do Partido Democrata, exerceram forte liderança no BAE e influência no USDA até o New Deal (HOOK, 1990; GEWEKE et al, 1999; GILBERT; HOWE, 1991; GILBERT; BAKER, 1997). Não por acaso, o USDA e, de modo mais específico, o BAE, foram objeto de pressões de políticos e de grupos de interesse, sujeitos a intervenções em momentos de rearranjo político.<sup>16</sup>

Como era estreito o vínculo dos land grant colleges, e assim também da economia agrícola, com o extensionismo, era evidente, ainda que com níveis variáveis, o seu envolvimento com os grupos e as atividades que, a um só tempo, eram objeto e beneficiários de seus estudos. Esses estudos, em contrapartida,

eram influenciados pelas necessidades, demandas, interesses daqueles grupos. Ao menos em parte, a pauta de pesquisas era informada por estes. Mais, esse envolvimento se dava não só com agricultores individuais ou grupos locais, mas com organizações, entidades de representação de agricultores de escala nacional. Por vezes, essas entidades, em parte, se originaram mesmo do trabalho de extensão, como foi o caso da AFBF, ou foram por ele impulsionadas, como as cooperativas. Não era incomum, portanto, que economistas agrícolas, até também porque muitos vinham de famílias de agricultores, fossem ligados a entidades nacionais como a AFBF, a sua rival, National Farmers' Union, a National Grange e o National Council of Farmer Cooperatives.<sup>17</sup> E essas entidades, por sua vez, pela dimensão e importância de suas bases, mas também por seus vínculos com os produtores de diagnósticos e formuladores e executores de políticas agrícolas, e igualmente com as instituições que os formavam e abrigavam, sendo não apenas beneficiárias, mas também patrocinadoras de projetos e ações por estas desenvolvidos, tinham canais consistentes de comunicação, de modo a marcar sua presença e buscar exercer influência junto ao USDA e os comitês de agricultura no Congresso.

E mais uma importante marca de origem da economia agrícola que deve ser enfatizada é a sua ligação com empresas que tinham envolvimento com a produção agrícola, como produtores e comercializadores de máquinas, sementes, fertilizantes, defensivos, rações, transportadoras, armazéns, processadoras, bancos e, mais adiante, supermer-

15. O livro foi publicado em 1905 e era intitulado *An introduction to the study of agricultural economics* (TAYLOR, 1905).

16. Autores como Skocpol e Finegold (1982) procuram mostrar como o BAE, até o New Deal, passou por um processo de autonomização, conseguindo manter certo grau de distanciamento das pressões dos grupos de interesse, das organizações de agricultores.

17. Para um quadro geral das orientações políticas das organizações de agricultores, ver Hadwiger (1976).

cados. Empresas de sementes, sobretudo de milho híbrido, e processadoras de grãos tiveram sem dúvida um papel de destaque. Elas tinham uma forte relação com os *land grant colleges*, e suas estações experimentais, e com o USDA. Investiam em pesquisa e inovação por meio dos colleges e se beneficiavam da rede de extensão para difundir seus produtos. Também essas empresas, portanto, pautavam pesquisas e ações de política para a agricultura. A tese de doutorado de Ray Goldberg, por exemplo, *The soybean industry: with special reference to the competitive position of the Minnesota producer and processor*, defendida em 1952 na Universidade de Minnesota, teve o seu recorte definido juntamente com profissionais da Cargill Incorporated, processadora de grãos que atuava no estado (GOLDBERG, 1952). E Henry Agard Wallace, secretário da Agricultura de 1933 a 1940, durante a presidência de Franklin Delano Roosevelt e o New Deal, de família de agricultores e egresso do Iowa State College, foi o criador, em 1926, da Hi-Bred Corn Company, uma das primeiras empresas de produção e comercialização de sementes de milho híbrido nos Estados Unidos.<sup>18</sup>

Esses elementos que marcaram a história da economia agrícola nos Estados Unidos estiveram também presentes, em larga medida, na trajetória de John Davis. De sua graduação em economia pelo Iowa State College, em 1928, até 1944, Davis atuou fundamentalmente no serviço público. Trabalhou, inicialmente, em escolas secundá-

rias agrícolas daquele estado, primeiro como professor, até 1930, e depois, até 1936, como superintendente. Nesse mesmo período, cursou e concluiu seu mestrado em Minnesota, com uma dissertação sobre custos escolares e o peso dos impostos para agricultores de um condado de Iowa, defendida em 1935.<sup>19</sup> O tema dos impostos agrícolas seguiu sendo sua preocupação por alguns anos. De 1936 a 1938, ele ocupou um posto temporário de economista agrícola assistente no USDA. Entre 1939 e 1941, ao mesmo tempo em que voltou a exercer o cargo de superintendente de escolas agrícolas em Iowa, realizou cursos preparatórios e conseguiu ingressar no doutorado de Minnesota.

O investimento acadêmico de Davis não foi feito de uma só vez e nem de forma exclusiva. Não foi, ou não pôde ser seu objetivo estratégico principal. Ele privilegiou o trabalho em seguida à graduação, vindo a concluir o mestrado aos 31 anos, 7 depois de formado, e ingressando no doutorado aos 37 anos. Tanto seu mestrado quanto seu doutorado foram cursados e concluídos enquanto trabalhava, e seus objetos de estudo relacionavam-se com o seu trabalho no momento. Seu doutorado, inclusive, levou cerca de oito anos para ser concluído, quando Davis alcançava a idade de 45 anos e seu nome era já bastante reconhecido. Desse modo, não foi primordialmente o investimento acadêmico que o projetou, embora tivesse tido um peso importante, mas, sobretudo, sua atuação profissional e na política de representação de inte-

18. A introdução das sementes de milho híbrido levou a um grande aumento da produtividade, tornando Iowa, pioneiro na sua utilização, o estado mais importante do *corn belt*. Até os anos 1940, cerca de 90% dos produtores já utilizavam essas sementes (EZEKIEL, 1966, p. 792; KIRKENDALL, 1986, p. 16; MCDOWELL, 2003, p. 35). Vários autores discutem a importância da introdução do milho híbrido na história da agricultura americana, e na de Iowa em particular. Ver, entre outros, Fitzgerald (1993), Huffman (1998) e Colbert (2000).

19. O título da dissertação era *School Costs and the Farm Tax Burden in Van Buren County, Iowa*.

resses. Sua tese de doutorado, *An economic analysis of the tax status of farmer cooperatives*, defendida em 1949, retomava sua antiga preocupação com a questão dos impostos na agricultura, centrando-se naquele que era, então, o foco da sua atuação política: as cooperativas.

No mesmo ano em que ingressou no doutorado, 1941, Davis voltou a trabalhar no USDA, assumindo um posto de economista em uma divisão de pesquisa e serviço cooperativo da Administração de Crédito Rural. O trabalho que ali desenvolveu sobre estocagem de grãos levou-o a ser nomeado chefe da seção de trigo da Commodity Credit Corporation. Essa corporação desempenhou uma função estratégica na política agrícola do New Deal, que teve como três de seus pilares o controle dos preços dos produtos de modo a garantir um nível elevado de paridade entre as rendas rural e urbana, a contenção da produção pela definição de limites das áreas cultivadas nas fazendas e a compra e o estoque de excedentes. Era justamente a Commodity Credit Corporation que cuidava dos excedentes.<sup>20</sup>

O trabalho de Davis no USDA, principalmente sua relação com as cooperativas agrícolas, valeram-lhe a indicação para ser o sucessor de Ezra Taft Benson como secretário executivo do National Council of Farmer Cooperatives. Benson dirigiu a entidade em um período de forte expansão das cooperativas agrícolas, de 1939 até 1944, quando passou a ocupar um alto posto na hierarquia Mórmon.<sup>21</sup>

O nome de Davis tinha o apoio, entre outros, do secretário do USDA, Claude Raymond Wickard. Além disso, Oscar Bernard Jesness, que dirigiu a área de economia agrícola de Minnesota entre 1928, com a ida de John D. Black para Harvard, e 1957, orientador de doutorado de Davis, era conhecido nacionalmente como um especialista em cooperativismo, consultor de empresas e mesmo do USDA em diferentes ocasiões, e era próximo de Benson. O convite foi feito pelo próprio Benson, em fins de 1943, na sede do USDA (FUSONIE, 1986; 1995; COCHRANE, 1983).

Davis foi secretário executivo do Conselho de 1944 a 1952, quando este se tornou uma das mais poderosas organizações de agricultores dos Estados Unidos, inclusive com vínculos no exterior. A passagem pelo National Council of Farmer Cooperatives foi central para que, ainda em 1952, Davis fosse convidado a compor o conselho consultivo do programa de pesquisa e ensino sobre as relações entre agricultura e negócios que começava então a ser criado na Graduate School of Business Administration da Universidade de Harvard. O papel do conselho era assessorar o desenvolvimento de projetos, identificar temas de pesquisa e selecionar professores. Seus componentes vinham das áreas da educação, do governo, da agricultura e dos negócios. O programa, cujo objetivo era produzir pesquisas e atividades de ensino que levassem a uma aproximação maior, a uma

20. Sobre as políticas agrícolas do New Deal, ver, entre outros, Saloutos (1974), Schapsmeier e Schapsmeier (1979a), Skocpol e Finegold (1982), Rasmussen (1983), Geweke, Bonnen, White e Koschel (1999).

21. Benson tinha origem rural, no estado de Idaho. Estudou no Utah State Agricultural College e fez mestrado em economia agrícola em Iowa. Foi agente de condado e economista extensionista da Universidade de Idaho, trabalhando na organização de cooperativas. Foi secretário do Conselho de Cooperativas de Idaho, antes de assumir a liderança do National Council of Farmer Cooperatives. Era bastante ativo na Igreja Mórmon e, em 1943, tornou-se apóstolo, ocupando uma posição em uma de suas instâncias mais elevadas, o Conselho dos Doze Apóstolos (ver BENSON, [2003?])

inter-relação efetiva entre agricultura e negócios, contava com recursos doados por George M. Moffett, presidente de uma das grandes indústrias processadoras de grãos, a Corn Products Refining Company.

Ao mesmo tempo em que colaborou com o programa de Harvard, Davis, em 1953, com a chegada de Eisenhower à Presidência, foi convidado por Ezra Taft Benson, nomeado secretário da Agricultura, a voltar ao USDA para presidir a Commodity Credit Corporation. Benson procurou imprimir um caráter liberal à ação do USDA, reduzindo seu intervencionismo, sua ação regulatória, investindo contra políticas agrícolas do New Deal que haviam até então prevalecido e, internamente, reformando o Departamento e neutralizando a influência dos Democratas. O estudo da reforma foi coordenado por Davis. O Departamento foi reestruturado, órgãos foram extintos, funções foram realocadas, antigos integrantes foram aposentados ou afastados. Estabeleceu-se um nível hierárquico formado por secretários assistentes, entre o secretário e as diversas agências e órgãos do Departamento. Ao invés de se reportarem diretamente ao secretário, como ocorria antes, tornaram-se estes subordinados aos secretários assistentes, o que representava uma redução na sua autonomia. Davis era um dos secretários assistentes, dirigindo o Foreign Agricultural Service e o Agricultural Marketing Service, e tinha, sob a sua coordenação, parte das atribuições do BAE, que foi extinto. Na nova organização, portanto, a pesquisa econômica ficava em grande parte subordinada à comercialização dos produtos, den-

tro e fora dos Estados Unidos. Das mudanças, a extinção do BAE foi uma das que geraram maiores críticas dos economistas agrícolas (HARDIN, 1954; COCHRANE, 1983; HOOKS, 1990; GEWEKE et al, 1999; SCHAPSMEIER; SCHAPSMEIER, 1970; SCHAPSMEIER; SCHAPSMEIER, 1992).

Em um livro publicado em 1962, ano seguinte ao de sua saída do USDA, Benson fazia referência à reforma. Segundo ele, tratava-se, em primeiro lugar, de uma tentativa de melhorar a gestão do Departamento, buscando aumentar sua eficiência e melhorar a qualidade dos seus serviços. Em segundo lugar, o objetivo era despartidarizar o Departamento, levando-o a atuar por critérios técnicos e não ideológicos (BENSON, 1962). Para alguns autores, porém, o período Benson foi aquele em que o USDA mais esteve sujeito às pressões de grupos de interesse. Um deles foi o National Council of Farmer Cooperatives, que Davis liderou até um ano antes de ir para o Departamento e que, antes dele, teve à frente o próprio Benson. Outro foi a AFBF, que teria exercido influência maior. Romeo Ennis Short, um dos secretários assistentes do USDA, havia sido vice-presidente da AFBF até a época de assumir seu posto (HOOKS, 1990).

A reorganização interna do USDA foi feita, apesar das críticas.<sup>22</sup> Externamente, porém, as propostas de Benson não tiveram a mesma sorte. Suas mais fortes investidas eram contra os controles de preços, que qualificava como um atentado à liberdade, e as compras de excedentes, que estimulavam a produção de mais exceden-

22. No início de 1954, pouco após a reforma e a extinção do BAE, o *Journal of Farm Economics* publicou um dossiê intitulado "The fragmentation of the BAE", com textos de diversos economistas com comentários críticos. Entre eles estavam Henry C. Taylor e John D. Black. Ver Wells, Black, Appleby, Taylor, Tolley, Penn e Schultz (1954).

tes.<sup>23</sup> Suas tentativas de eliminação imediata desses mecanismos atraíram as críticas não apenas de entidades identificadas com os Democratas, como a National Farmers' Union, mas também das que lhe eram mais próximas, como a AFBF e o National Council of Farmer Cooperatives. Atribuiu-se mesmo à ação de Benson à frente do USDA a derrota dos Republicanos nas eleições parlamentares de 1954 (MCCUNE, 1958). Por isso mesmo, Eisenhower terminou por atenuar as propostas de Benson, optando por uma transição mais gradual (SCHAPSMEIER; SCHAPSMEIER, 1970).<sup>24</sup>

Davis permaneceu no USDA até 1954. Ele vinha acumulando algumas divergências em relação ao secretário, sobretudo no que dizia respeito ao ritmo das medidas liberalizantes, da redução da presença e do apoio do Estado (FUSONIE, 1995). Considerava que seria difícil reduzir a produção de excedentes em curto prazo, mesmo com estímulos à limitação das áreas de plantio, pois o uso cada vez mais intenso de tecnologia vinha aumentando a produtividade em uma escala ainda maior. Propunha que os estoques de excedentes do governo fossem utilizados parcialmente para a ajuda externa. Essa ajuda deveria ser par-

te da política externa americana e poderia contribuir para a redução da fome em países pobres. Ela deveria ser feita em articulação com programas de desenvolvimento dos países receptores, de modo a não inibir a produção local. Isso, ao mesmo tempo, representaria um estímulo ao comércio internacional de produtos agrícolas dos Estados Unidos.<sup>25</sup>

No ano seguinte à sua saída do USDA, Davis tornou-se professor de Harvard, onde passou a dirigir o programa de agricultura e negócios da Graduate School of Business Administration. É interessante observar que a doação de Moffett para a criação do programa foi para a escola de administração de negócios e não para a de economia, onde estava John D. Black. De fato, Black pertencia a uma geração de economistas agrícolas de prestígio e de reconhecimento, mas que vinha, desde o final da II Guerra Mundial, sendo deslocados da cena principal por outros de orientação mais liberal. Seu grupo estava nas origens do campo da economia agrícola, havia criado departamentos universitários, associações profissionais, orientado agências e políticas públicas e formado seus quadros. A economia agrícola que havia ensinado e praticado, originada dos land

23. A atuação política de Benson era fundada e frequentemente justificada com referências religiosas. Era também como um mórmon que ele se opunha ao New Deal. Este, segundo ele, limitava a liberdade, que tinha sido dada por Deus e que, portanto, devia ser defendida como todo afínco. O New Deal limitava a liberdade do agricultor infantilizando-o, tratando-o como incapaz de cuidar de si mesmo e de competir no mercado (BENSON, 1962). Para algumas indicações do peso da relação entre religião e orientação política em Benson, ver Schapsmeier e Schapsmeier (1979).

24. McCune (1958) argumenta que era difícil identificar o voto do agricultor de forma rígida a algum partido. Sua preferência podia variar de uma conjuntura para outra, dependendo do que estivesse em jogo. Ao mesmo tempo, não havia uma correlação necessária entre pertencimento a uma organização de agricultores e adesão à sua orientação ideológica mais geral. Era comum, argumenta o autor, que um agricultor, ou organização local de agricultores, pertencesse a mais de uma entidade nacional, muitas vezes adversárias.

25. Em 1959, quando ainda estava em Harvard, Davis escreveu um texto sobre o uso de excedentes na ajuda externa, "Agricultural surpluses and foreign aid", apresentado em um encontro da American Economic Association (DAVIS, 1959).

grant colleges, fundava-se na extensão, em uma ponta, e na orientação e na execução de políticas públicas na outra. Em meados dos anos 1950, porém, seu poder de influenciar políticas agrícolas era mais reduzido, o serviço público, as universidades, o extensionismo não representavam mais a grande maioria das possibilidades de inserção profissional para os economistas agrícolas. A iniciativa privada abria espaços de atuação crescentes quer como empregados quer como consultores, dentro e fora dos Estados Unidos. Não foram apenas os produtos da agricultura americana que passaram a circular internacionalmente de modo mais intenso, pela via do comércio ou da ajuda internacional, mas também os economistas agrícolas (COCHRANE, 1983; SCHAPSMEIER; SCHAPSMEIER, 1992).

Acrescente-se a isso que o que interessava aos patrocinadores do programa era a promoção de uma efetiva inter-relação entre agricultura e negócios, mudando a visão mais corrente que se tinha daquela como um setor isolado, com interesses particulares e, por vezes, opostos aos da indústria, do comércio e mesmo das finanças. E quando se falava em mudança de visão, o alvo maior eram os agricultores e suas organizações que, durante muitos anos, viram com preocupação e desconfiança o crescimento da indústria e dos bancos, a expansão e o enriquecimento das cidades. Das políticas agrícolas do New Deal que Benson tentou eliminar, uma das que enfrentaram maiores resistências, inclusive das organizações que lhe eram mais próximas, como a AFBF, foi a que buscava garantir níveis de paridade entre as rendas rural e urbana pela via da garantia de preços.

Foram, sobretudo, empresários urbanos que começaram defender a mudança, apresentando-a como fundamental e incontornável.

Falando em uma reunião da American Society of Farm Managers and Rural Appraisers em 1952, mesmo ano da criação do programa de Harvard, Walter B. Gattvet, representante da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, enfatizou que não havia conflito entre os interesses dos negócios e da agricultura e que estes deveriam reconhecer que eram parceiros. Não cabiam mais desconfianças entre campo e cidade, não cabiam mais oposições entre agricultura e negócios (WOODMAN, [19--?]). Foi justamente com recursos de uma das maiores indústrias processadora de grãos, com atuação também em outros países, entre eles o Brasil, que o programa de agricultura e negócios de Harvard foi criado.

Davis tinha vínculos com uma das maiores organizações de agricultores e um grupo de lobby poderoso em Washington, o National Council of Farmer Cooperatives, com ramificações internacionais. Ele havia saído recentemente do USDA, onde havia comandado a, até então, maior entidade de crédito do país, a Commodity Credit Corporation, que também era a responsável pelos estoques de excedentes, além dos serviços de comercialização interna e externa. Davis, para terminar, conhecia a estrutura atual, até porque colaborou na sua montagem, e o modus operandi do USDA, que era uma das maiores agências do governo, só perdendo em movimentação de recursos, então, para a área da Defesa, e cujas decisões afetavam milhões de pessoas, além de empresas que atuavam no país e no comércio internacional (BENSON, 1962). E sua relação com o secretário, não é demais lembrar, era bastante próxima.

A associação com Davis, com o programa de Harvard e, assim também, com a invenção do agribusiness, foram fundamentais na carreira de Goldberg. Nascido em

1926, portanto 22 anos depois de Davis, sua profissionalização na economia agrícola foi já no novo contexto dos anos 1950. Goldberg não vinha de uma família de agricultores, embora tivesse relação com estes. Seu pai era um comerciante de sementes, grãos e rações, e sua formação foi não em um land grant college, mas em Harvard. Sua opção após a conclusão da graduação, em 1948, indica que seu objetivo eram os negócios. Ele ingressou imediatamente no MBA da Graduate School of Business Administration de Harvard. Foi durante o MBA, ao cursar um seminário de economia agrícola ministrado por John D. Black, que Goldberg se decidiu pelo doutorado. Ao concluir o MBA, em 1950, ele iniciou o doutorado em economia agrícola de Minnesota, então ainda dirigido por Oscar B. Jesness, orientador de Davis.<sup>26</sup> Sua tese sobre a indústria da soja, a produção e o processamento, foi defendida em 1952, aos 26 anos.

Goldberg trabalhou nos negócios da família até 1955, quando se tornou assistente de Davis no programa de Harvard. Além de auxiliá-lo nas pesquisas e na redação de *A concept of agribusiness*, ele colaborou no seminário eletivo de agricultura e negócios que Davis criou no âmbito do MBA da Graduate School of Business Administration. Nos anos 1960, após a saída de Davis, o curso já havia se tornado um seminário regular de agribusiness, encabeçado por Goldberg.

Se os percursos anteriores de Davis e de Goldberg foram distintos, mas se cruzaram em Harvard e na invenção do agribusiness, tenderam, a partir daqui, novamente a se distinguir. Davis permaneceu em Harvard até 1959, quando, a convite de Eisenhower, foi dirigido a U.N.R.W.A. (United Nations Refugee Works Agency), voltada pa-

ra os refugiados palestinos, passando a se envolver com questões relativas ao Oriente Médio. Embora não tivesse relação prévia com os problemas do Oriente Médio, o envolvimento de Davis com a ajuda externa, como se viu, era anterior. Um dos temas com os quais lidou como secretário adjunto do USDA foi o da produção e circulação internacional de alimentos. Também como dirigente do National Council of Farmer Cooperatives sua ação esteve voltada para o tema. Em um texto escrito em 1947, quando era ainda secretário da entidade, Davis comentava a criação da Food and Agricultural Organization das Nações Unidas (FAO), assim como da International Trade Organization (ITO), e reclamava do Departamento de Estado a maior inclusão das organizações de agricultores nos debates e decisões acerca das agências. Falava, ao mesmo tempo, de sua participação nas articulações para a criação de uma International Federation of Agricultural Producers, com o objetivo de influenciar políticas agrícolas a nível internacional (DAVIS, 1947). Ocupava a Presidência, na época, o Democrata Harry S. Truman. Durante o período de Eisenhower, Davis, já em Harvard, foi sondado sobre a possibilidade de dirigir a FAO, mas recusou argumentando que não seria razoável, já que os dois antecessores também eram americanos (KILLGORE, 1985).

Uma das marcas da gestão de Davis na U.N.R.W.A., terminada em 1963, foi, com base em sua experiência prévia com escolas agrícolas, o investimento no ensino, sobretudo técnico e profissional, para jovens palestinos. Além da agência, ele também foi vice-diretor do conselho de administração e direção da Universidade Americana de Beirute e primeiro presidente da American Ne-

26. O orientador de Goldberg foi Rex W. Cox (ver GOLDBERG, 1952).

ar East Refugee Aid (ANERA), organização não governamental criada após a guerra de 1967 entre árabes e israelenses, cujo objetivo era promover a saúde e a educação entre refugiados palestinos.<sup>27</sup>

Já Goldberg, que apenas iniciava sua carreira universitária e que passou a ser a principal referência em agribusiness com a saída de Davis, investiu longamente na Universidade de Harvard, ali permanecendo até a aposentadoria, tornando-se professor emérito em 1997. Capitalizando sua associação com a formulação e a conceituação de agribusiness, Goldberg afirmou-se também como empresário e consultor, dentro e fora dos Estados Unidos, chegando mesmo a criar e liderar organizações de representação. Ele foi criador, em 1990, e primeiro presidente da International Agribusiness Management Association (IAMA).<sup>28</sup>

Seu reconhecimento como formulador da noção de agribusiness, seu trabalho como consultor e presidente do IAMA e, principalmente, seu seminário em Harvard, por onde passaram vários empresários, executivos, ou pretendentes, dos Estados Unidos e de vários outros países, o conectaram com a afirmação do agribusiness no Brasil. Na verdade, além dele, outros atores importantes na história do agribusiness nos Estados Unidos estiveram presentes também no Brasil, formando uma rede internacional que foi fundamental na conformação das condi-

ções e dos meios de entrada e de difusão da noção e da sua efetivação, da sua concretização em nosso país. Não haverá possibilidade de explorar de modo mais sistemático esse processo no Brasil, no espaço deste artigo. Isso será feito em outros trabalhos. O que cabe, no momento, é tão somente indicar alguns aspectos e interconexões entre agentes fundamentais nos Estados Unidos e no Brasil.

Aqui como lá, a noção de agribusiness fluiu para a agricultura impulsionada pelos negócios. Sua difusão e afirmação no Brasil são atribuídas em grande parte ao agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, que presidiu a empresa de sementes Agrocerec. Homenageado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) quando de sua morte, em 1996, ele foi chamado de “dínamo do agribusiness” brasileiro (RODRIGUES, 1996).

Ney Bittencourt de Araújo fez do agribusiness uma bandeira sobretudo após ter participado do seminário de Goldberg em Harvard, a partir dos anos 1970.<sup>29</sup> Ele havia se formado em 1958, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) da então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que originou a Universidade Federal de Viçosa.<sup>30</sup> Seu pai, Antônio Secundino de São José, foi da primeira turma de engenheiros-agrônomo a se formar naquela mesma Escola, onde também se tornou professor, vindo

27. Davis também criou e dirigiu, por alguns anos, a Fundação Musa Alami de Jericó, que amparava órfãos na cidade de Jericó, na Cisjordânia. Cf. Howard (1964), (ver KILLGORE, 1985; RICHARDSON, [19--?]).

28. Os dados biográficos de Davis e de Goldberg utilizados nesse artigo foram extraídos de Fusonie (1995; 1986), Hamilton (2008), AAEA (2005), Smith (2010), Killgore (1985), Harvard... (c2012), NNDB (c2012), USDA (2010), George... ([20--?]), e American... ([2005?]).

29. As informações que se seguem sobre a trajetória de Ney Bittencourt de Araújo e da empresa que dirigiu, a Agrocerec, foram extraídas de Agrocerec (1995), Araújo, Wedekin e Pinazza (1990), Castro (1988), Durr (2006), Haag (2009), Rodrigues (1996), Stal (1993), Zylberstajn, Turner e Jones (2000), Pacheco (2006), Henry ([20--?]), IOWA (2011) e General... ([20--?]).

30. A UREMG transformou-se na Universidade Federal de Viçosa em 1969.

a ser Chefe do Departamento de Genética, Experimentação e Biometria. Em 1937, pela intermediação de John B. Griffing, então diretor da ESAV, Antônio Secundino obteve uma bolsa para um período de formação nos Estados Unidos, em uma estação experimental em Stoneville, no Mississippi, e no Iowa State College.<sup>31</sup>

A passagem pelos Estados Unidos, e por Iowa em particular, foi fundamental para a trajetória futura de Antônio Secundino, consolidando seu interesse de pesquisa. Ele ali foi aluno do geneticista E. W. Lindstrom, criador do Departamento de Genética da Divisão de Agricultura da Faculdade, interessado em milho híbrido. Foi lá também que conheceu Henry A. Wallace, por intermédio de seus filhos, quando já existia a Hi-Bred Corn Company, e Nelson Rockefeller.

De volta ao Brasil em 1938, Antônio Secundino concentrou o seu trabalho no Departamento de Genética da ESAV na pesquisa com sementes de milho híbrido. No início dos anos 1940, porém, se afastou da Escola para ocupar a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado da Paraíba, em 1941, e no ano seguinte, já no esforço de guerra, tornou-se assessor técnico da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, criada pelo Ministério da Agricultura e pelo Office of Inter-American Affairs, dirigido por Nelson Rockefeller, com o objetivo de produzir alimentos para os dois países. Já em 1944, Antônio Secundino trocou o posto por um emprego na subsidiária brasileira da empresa americana General Mills, uma das maiores do mundo na produção de farinha de trigo. A passagem pela General Mills foi importante para Antônio Secundino, tanto do

ponto de vista das informações que acumulou sobre possibilidades de investimento no Brasil, entre as quais a produção comercial de sementes de milho híbrido, quanto pelas redes de relações pessoais.

Saindo da empresa, ele criou a Agrocerec Ltda., em 1945, com mais dois sócios brasileiros, Gladstone de Almeida Drummond, seu assistente na ESAV, e Adílio Vitarelli, técnico agrícola formado pela ESAV, e dois americanos, John Ware, com quem havia trabalhado na General Mills, e o economista Dee William Jackson, ligado a John Ware, que havia trabalhado no Office of Inter-American Affairs e na Embaixada Americana no Brasil. A companhia tinha como principal objetivo, embora não único, a produção e a venda de sementes de milho híbrido.

Em 1946, em parte pela intermediação de Dee William Jackson, Nelson Rockefeller, por meio da recém-criada International Basic Economy Corporation (IBEC), associou-se ao grupo da Agrocerec. Dessa associação surgiu a Sementes Agrocerec S.A. (SASA), cujo capital era majoritariamente controlado pela IBEC, e para a qual a Agrocerec Ltda. seria uma prestadora de serviços. A associação perduraria por vários anos.

Em 1970, por indicação da IBEC, Ney Bittencourt de Araújo, que já vinha assumindo funções de direção na Agrocerec desde a década anterior, fez um curso de administração na American Management Association, em Nova York. Na ocasião ele também visitou universidades americanas e empresas produtoras de sementes. Dessa década em diante, participou do seminário de agribusiness de Harvard, o que se deu ao mesmo tempo em que buscou diversificar os investimentos da Agrocerec e a criar

31. John B. Griffing foi responsável pela passagem de vários alunos da ESAV pelo Iowa State College (ver Pacheco, 2006).

novas parcerias, julgando a empresa excessivamente dependente das sementes de milho, que representavam 80% de suas vendas, e da IBEC.<sup>32</sup> Foi no seminário de 1976 que ele conheceu Ken Woolley, então diretor da Pig Improvement Company (PIC), empresa que desenvolvia pesquisas de melhoria genética de porcos. Do encontro resultou, em 1977, uma associação que permitiu à Agrocereceres expandir a sua atuação também para o campo da genética animal. Tudo isso, cabe ressaltar, se deu também como parte de um movimento de Ney Bittencourt de Araújo de retomar o controle acionário da Agrocereceres, o que aconteceu em 1980. Essa retomada vinha sendo pensada desde os anos 1960, quando a empresa passou a buscar diversificar a sua produção. Entre as suas condições de possibilidade estava o fato de que a IBEC, em especial a partir de meados dos anos 1970, vinha reestudando seus investimentos em agribusiness, contando com a orientação de Goldberg, primeiro como consultor e, em seguida, como membro do conselho.

A ideia de agribusiness, que antes circulava em comunicações internas, restritas, entre a IBEC e a Agrocereceres, foi ganhando dimensão pública e fôlego ao longo dos anos 1980, sendo apropriada por uma parcela do empresariado rural que passou a disputar posições hegemônicas com antigas lideranças do setor, que estavam à frente de entidades mais tradicionais, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).<sup>33</sup> Um nome importante nessas disputas foi o do agrônomo Roberto Rodrigues. Produtor de cana no estado de São Paulo, Roberto Ro-

drigues ganhou visibilidade à frente do movimento cooperativista, chegando à presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em meados dos anos 1980. Seu nome ganhou projeção nacional também nesse período, sobretudo com a criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, em 1986.

A Frente visava aglutinar os interesses do setor agropecuário e influir na nova institucionalidade que se construía após o fim do regime militar, particularmente na elaboração da nova Constituição. Dela participavam entidades patronais rurais, com exceção da União Democrática Ruralista (UDR), além de outros setores, como o financeiro, que também tinham relação com a agropecuária. Roberto Rodrigues foi secretário da Frente e, nessa condição, tomou a dianteira de várias ações e negociações importantes, ganhando projeção nacional para além dos círculos agropecuários e do movimento cooperativista. Ele se afirmou como um articulador e um interlocutor importante, apresentando-se como um contraponto às posições mais extremadas da UDR, além de se tornar um porta-voz reconhecido de uma agropecuária que se apresentava como moderna, que pensava para além da porteira da fazenda e que se internacionalizava.

Para Ney Bittencourt de Araújo, que teve também um papel importante na Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, ela era expressão da articulação política do agribusiness no país. Ele e Roberto Rodrigues tinham já uma ligação prévia, tendo aquele ocupado uma diretoria da OCB sob a presidência deste. Além de articulações políticas e empresariais, Ney Bittencourt de Araújo

32. No início da década de 1970, as sementes de milho híbrido foram atacadas por um fungo que, nos Estados Unidos, levou à perda de uma grande parte da colheita. A Agrocereceres, naquele momento, decidiu eliminar toda a sua produção, investindo na busca de sementes resistentes (RODRIGUES, 1996).

33. Sobre esse assunto, ver Bruno, Carneiro e Sevá (2009).

aproximava-se dos meios acadêmicos, frequentando encontros e congressos nacionais, como os da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e com congressos internacionais, onde não apenas colhia ideias, mas também apresentava trabalhos. A Agroceres, que era já uma empresa reconhecida pelo desenvolvimento de pesquisa aplicada em sementes e, posteriormente, também em melhoria animal,<sup>34</sup> passou a ser uma base importante para o debate e a afirmação do agribusiness nos meios empresariais, mas igualmente nos acadêmicos.<sup>35</sup>

Em 1990, marcando os 45 anos de existência da Agroceres, Ney Bittencourt de Araújo lançou, juntamente com dois agrônomos da empresa, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza, um livro que é também citado como um marco importante do debate e da afirmação do agribusiness no Brasil, *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro* (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990). Além disso, promoveu um seminário para o qual trouxe Ray Goldberg. Na verdade, ao mesmo tempo em que importava, impunha e difundia a noção de agribusiness no Brasil, vinculando também seu nome a ela, Ney Bittencourt de Araújo ampliava sua presença em redes internacionais ligadas ao agribusiness, tendo seus vínculos com Ray Goldberg colaborado para isso. No mesmo

ano de 1990, ele foi também um dos membros fundadores da IAMA, presidida por Goldberg, e participante do seu conselho de diretores (ver IFAMA, [20--?]).

A partir da década de 1990, agribusiness, mais do que uma noção, um conceito, passou a ser uma categoria de aglutinação e de identificação de agentes e instituições diversos, com porta-vozes e órgãos de representação próprios. O trabalho de imposição do termo foi parte do processo de constituição do grupo que buscava definir. Em 1993, foi criada a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), presidida por Ney Bittencourt de Araújo. A ABAG congregava, além de órgãos de representação como a SRB, a SNA e a OCB, diversas empresas, como Agroceres e Sadia. Ela atuava nos meios empresariais, mas também buscava articulações com a política e, sobretudo, com os centros de produção de políticas públicas e conselhos relacionados aos seus interesses. Sua criação, em maio de 1993, foi anunciada justamente no salão Nereu Ramos, no Congresso Nacional. E no mesmo ano de 1993, tendo Itamar Franco na Presidência do país, Ney Bittencourt de Araújo foi nomeado membro do recém-criado Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).<sup>36</sup>

Informação e pesquisa foram também duas áreas de forte investimento da ABAG, tendo Ney Bittencourt de Araújo uma par-

34. Em 1981, logo após retomar o controle da Agroceres, Ney Bittencourt de Araújo conseguiu, junto à Finep, um grande financiamento para o desenvolvimento de pesquisa aplicada voltada para sementes (RODRIGUES, 1996, p. 94). A proximidade de Ney Bittencourt de Araújo com o campo acadêmico, fazendo a ponte entre empresa e pesquisa, rendeu-lhe o assento em conselhos de órgãos como o CNPq, a Embrapa e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. Ele foi, também, presidente do grupo Universidade-Empresa do Fórum de Desenvolvimento de São Paulo, da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo.

35. Em algumas de suas idas a Harvard para participar do seminário de agribusiness, Ney Bittencourt de Araújo levou também técnicos da empresa. Um dos que foram foi o agrônomo Ivan Wedekin que, posteriormente, teve também o seu nome ligado à afirmação do agribusiness no Brasil (RODRIGUES, 1996).

36. Em 14 de junho de 1993, um mês após o anúncio da criação da ABAG no Congresso Nacional, realizou-se em São Paulo um Seminário de Agribusiness, onde foi lançada a entidade. O evento dividiu-se em

ticipação ativa até a sua morte, em 1996. A ABAG estimulou a produção de pesquisas sobre o agribusiness buscando, dessa forma, abastecer-se de informações e análises para balizar as suas ações.

### 3 Considerações finais

Reencontramos, nas origens do agribusiness no Brasil, agentes presentes na sua gênese nos Estados Unidos: universidades como Iowa e Harvard, empresas processadoras, produtoras de semente de milho híbrido, grupo Rockefeller e indivíduos como o próprio criador do conceito, Ray Goldberg. Ele aqui entra e se afirma a partir dos investimentos de agentes que, pela sua história, pela sua trajetória, tiveram conexões com os americanos: Ney Bittencourt de Araújo e a Agrocere. No caso dos Estados Unidos, o conceito surge na universidade e, daí, se projeta para a sociedade, ganhando objetividade, existência na forma de entidades e instituições diversas, com porta-vozes próprios, políticas próprias. Mas se ele surge na universidade, é a partir de um espaço, como o da economia agrícola, com uma forte interseção com a política, com grupos de interesse e com os negócios. Surge, inclusive, com recursos do mundo dos negócios. E mais, em um período de forte internacionalização dos grupos ligados ao agribusiness nos Estados Unidos, tanto nos negócios quanto na universidade. Na verdade, a afirmação do agribusiness no Brasil tem também a ver com essa internacionalização, devendo-se a ela, em parte, a presença daqueles agentes no país. No caso

brasileiro, a noção começa a circular a partir de um grupo empresarial, com vínculos no exterior, e é apropriado por um setor do patronato rural que se apresentava como novo, buscando deslocar os setores tradicionais. E mais, isso se dá em um momento em que a agricultura brasileira, assim como a economia de maneira mais ampla, também passa por um processo de abertura e de internacionalização. E é na sua afirmação social e econômica que os grupos vinculados à ideia de agrobusiness no Brasil vão construir elos com as universidades. Há, hoje, inúmeros projetos e grupos de pesquisa centrados no tema do agribusiness, além de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. De maneira geral, porém, o agribusiness é tomado como um ente, com características, interesses, formas de ação próprias, como uma realidade incontornável, com relação à qual se concorda, se discorda ou simplesmente se reflete, mas para cuja gênese social pouco se atenta. Foi para isso que se procurou aqui contribuir.

quatro painéis principais: segurança alimentar; agribusiness - conceitos e abrangência; tamanho e custo do Estado; e infra-estrutura e o agribusiness brasileiro ([www.abag.com.br](http://www.abag.com.br)). Mais tarde, já no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, Ney Bittencourt de Araújo foi membro do conselho do programa Comunidade Solidária.

## REFERÊNCIAS

- AAEA. Agricultural & Applied Economics Association. AAEA Fellows and Presidents. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 87, n. 5, dec. 2005.
- AGROCERES. *Travessia do sertão ao agribusiness*. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 1995.
- AMERICAN Journal of agricultural economics. Disponível em: < <http://ajae.oxfordjournals.org>>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- ARAÚJO, Ney Bittencourt de; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo agroindustrial: o "agribusiness" brasileiro*. São Paulo: Agrocere, 1990.
- BENSON, Ezra Taft. *Cross fire: the eight years with Eisenhower*. New York: Doubleday and Company, 1962. Disponível em: < <http://www.archive.org>>. Acesso em: 26 jan. 2012.
- BENSON, Ezra Taft. *Papers: 1936-1961, [2003?]*. Disponível em: <<http://www.eisenhower.archives.gov>>. Acesso em: 21 jan. 2012.
- BRUNO, Regina Angela Landim; CARNEIRO, Olavo Brandão; SEVÁ, Janaina Tude. *Agronegócio, patronato rural e representação*. Rio de Janeiro: REDES/IICA, 2009.
- CASTRO, Ana Célia. *Crescimento da firma e diversificação produtiva: o caso Agrocere*. 1988. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Campinas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- COCHRANE, Willard W. *Agricultural economics at the University of Minnesota: 1886-1979*. St. Paul: University of Minnesota, 1983.
- COLBERT, Thomas Burnell. Iowa farmers and mechanical corn pickers, 1900-1952. *Agricultural History*, v. 74, n. 2, p. 530-544, 2000.
- DAVIS, John H. Agricultural surpluses and foreign aid. *The American Economic Review*, v. 49, n. 2, p. 232-241, may, 1959.
- DAVIS, John H. From agriculture to agribusiness. *Harvard Business Review*, v. 34, n. 1, p. 107-115, jan./feb. 1956.
- DAVIS, John H. Policy implications of vertical integration in United States agriculture. *Journal of Farm Economics*, v.39, n. 2, p. 300-312, may 1957.
- DAVIS, John H. The International Federation of Agricultural Producers. *Journal of Farm Economics*, v. 29, n. 4, p. 1101-1106, nov. 1947.
- DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. *A concept of agribusiness*. Boston: Division of Research/ Graduate School of Business Administration/ Harvard University, 1957.
- DAVIS, John H.; HINSHAW, Kenneth. *Farmer in a business suit*. New York: Simon and Schuster, 1957.
- DURR, Kenneth D. *A company with a mission: Rodman Rockefeller and the International Basic Economy Corporation, 1947-1985*. Rockville: Montrose Press, 2006.
- EZEKIEL, Mordecai. Henry A. Wallace, agricultural economist. *Journal of Farm Economics*, v. 48, n. 4, p. 789-802, nov., 1966.
- FARM Bureau: historical highlights, 1919-1994. *The voice of agriculture*, c2011. Disponível em: <<http://www.fb.org>>. Acesso em: 28 jan. 2012.
- FITZGERALD, Deborah. Farmers deskilled: hybrid corn and farmers' work. *Technology and Culture*, v. 34, n. 2, p. 324-343, apr. 1993.
- FUSONIE, Alan E. John H. Davis: architect of the agribusiness concept revisited. *Agricultural History*, v. 69, n. 2, p. 328-348, 1995.
- FUSONIE, Alan E. John H. Davis: his contributions to agricultural education and productivity. *Agricultural History*, v. 60, n. 2, p. 97-110, 1986.
- GENERAL Mills. Disponível em: <[www.generalmills.com](http://www.generalmills.com)>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- GEORGE H. Hoffman. [20--?]. Disponível em: < <http://www.georgehoffman.com>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

- GEWEKE, John F. et al (Eds.). **Sowing Seeds of Change: Informing Public Policy in the Economic Research Service of USDA**. Washington: National Academy Press, 1999. Disponível em: <<http://www.nap.edu/>>. Acesso em: 4 jan. 2012.
- GILBERT, Jess; BAKER, Ellen. Wisconsin economists and New Deal agricultural policy: the legacy of progressive professors. **The Wisconsin Magazine of History**, v. 80, n. 4, p.80-312, 1997.
- GILBERT, Jess; HOWE, Carolyne. Beyond 'State vs. society': theories of the State and New Deal agricultural policies. **American Sociological Review**, v. 56, n. 2, p. 204-220, apr. 1991.
- GOLDBERG, Ray A. **The soybean industry: with special reference to the competitive position of the Minnesota producer and processor**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1952. 186 p.
- HAAG, Carlos. O capitalismo missionário: a aventura brasileira de Nelson Rockefeller. **Pesquisa FAPESP**, n. 157, Mar. 2009.
- HADWIGER, Don F. Farmers in politics. **Agricultural History**, v. 50, n. 1, p. 156-170, jan. 1976.
- HADWIGER, Don F. The Green Revolution: some new perspectives. **Change**, v. 7, n. 9, p. 36-41, nov. 1975.
- HAMILTON, Shane. **Trucking country: the road to America's Wal-Mart economy (Politics and society in twentieth century America)**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- HARDIN, Charles M. The Republican Department of Agriculture. A political interpretation. **Journal of Farm Economics**, v. 36, n. 2, p. 210-227, may, 1954.
- HARRY, N. Howard. UNRWA's technical assistance program among Arab refugees. **World Affairs**, v. 127, n. 1, p. 23-28, apr./jun. 1964.
- HARVARD Business School. c2012. Disponível em: <<http://www.exed.hbs.edu/>>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- HENRY C. Taylor. **Economic Research Service**. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- HENRY. [20--?]. Disponível em: <[www.henry-wallacecenter.com](http://www.henry-wallacecenter.com/)>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- HOOKS, Gregory. From an autonomous to a captured State agency: the decline of the New Deal in agriculture. **American Sociological Review**, v. 55, n. 1, p.29-43, feb. 1990.
- HUFFMAN, Wallace E. Modernizing agriculture: a continuing process. **Daedalus**, v. 127, n. 4, p. 159-186, 1998.
- IFAMA. [20--?]. Disponível em: <[www.ifama.org](http://www.ifama.org/)>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- IOWA State University Library. **Ernest W. Lindstrom**. 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.lib.iastate.edu/>>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- KILLGORE, Andrew I. Personality: Dr. John H. Davis. **Washington Report**, p. 12, 30 dez. 1985. Disponível em: <<http://www.wrmea.com/>>. Acesso: 18 fev. 2012.
- KING, Robert P. et al. Agribusiness economics and management. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 92, n. 2, p. 554-570, apr. 2010.
- KIRKENDALL, Richard S. The agricultural colleges: between tradition and modernization. **Agricultural History**, v. 60, n. 2, p. 3-21, 1986.
- LEONTIEF, Wassily W. **The structure of American economy, 1919-1929: an empirical application of equilibrium analysis**. Cambridge: Harvard University Press, 1941.
- LOWI, Theodore J. Interest groups and the consent to govern: getting the people out, for what?. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 413, p. 86-100, may, 1974.
- MASON, Edward S.; LAMONT, Thomas S. The Harvard Department of Economics from the Beginning to World War II. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 97, n. 3, p. 383-433, aug. 1982.

- MCCUNE, Wesley. Farmers in politics. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 319, p. 41-51, sep. 1958.
- MCDOWELL, George R. Engaged Universities: Lessons from the Land-Grant Universities and Extension. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 585, Higher Education in the Twenty-First Century, p. 31-50, jan. 2003.
- MILLIMAN, Jerome W. A concept of agribusiness by John H. Davis and Ray A. Goldberg. *The Journal of Business*, v.31, n. 1, p. 64-65, jan. 1958.
- MOTTA, Marly; ROCHA, Dora (Orgs.). *Memórias do IBRE: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- NELSON, Bryce E. Secretary Benson. *The Harvard Crimson*, 20 nov. 1957. Disponível em <<http://www.thecrimson.com/>>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- NNDB. Ray A. Goldberg. c2012. Disponível em: <<http://www.nndb.com>>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- PACHECO, Lourival. Personagens: Antônio Secundino de São José. Personagens e pioneiros da UFV, 2006. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br>>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- RASMUSSEN, Wayne D. The Civil War: a catalyst of agricultural revolution. *Agricultural History*, v. 39, n. 4, p. 187-195, oct. 1965.
- RASMUSSEN, Wayne D. The New Deal farm programs: what they were and why they survived. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 65, n. 5, p. 1158-1162, dec. 1983.
- RASMUSSEN, Wayne D.; STONE, Paul Steven. Toward a third agricultural revolution. *Proceedings of the Academy of Political Science*, v. 34, n. 3, Food policy and farm programs, p. 174-185, 1982.
- RICHARDSON, John. The Idea That Became ANERA. ANERA, [19--?]. Disponível em: <<http://www.anera.org>>. Acesso em: 22 fev. 2012.
- RICHTER, Jay. The Origin and Development of the Land-Grant College in the United States. *The Journal of Negro Education*, v. 31, n. 3, The Negro Public College, Summer, p. 230-239, 1962.
- RODRIGUES, Roberto (Org.). *Ney Bittencourt: o dinamismo do agribusiness*. São Paulo: [s.n.], 1996.
- RODRIGUES, Roberto. Agricultura e agronomia. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 289-302, 2001.
- ROSENBERG, Charles E. Science, technology, and economic growth: the case of the agricultural experiment station scientist, 1875-1914. *Agricultural History*, v. 45, n. 1, p.1-20, jan. 1971.
- RUST, Irwin W. A concept of agribusiness by John H. Davis and Ray A. Goldberg. *Journal of Farm Economics*, v. 39, n. 4, p. 1042-1045, nov. 1957.
- SAJAL, Lahiri. Professor Wassily W. Leontief, 1905-1999. *The Economic Journal*, n. 110, nov. 2000.
- SALOUTOS, Theodore. New Deal Agricultural Policy: An Evaluation. *The Journal of American History*, v. 61, n. 2, p. 394-416, sep. 1974.
- SANIELE, Bruno. Agronegócio pode chegar a 25% do PIB em 2011, diz ministério. *Portal Terra*, 3 out. 2011. Disponível em: <<http://invertia.terra.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- SCHAPSMEIER, Edward L.; SCHAPSMEIER, Frederick H. Eisenhower and Ezra Taft Benson: farm policy in the 1950s. *Agricultural History*, v. 44, n. 4, p. 369-378, oct. 1970.
- SCHAPSMEIER, Edward L.; SCHAPSMEIER, Frederick H. Eisenhower and agricultural reform: Ike's farm policy legacy appraised. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 51, n. 2, p.147-159, apr., 1992.
- SCHAPSMEIER, Edward L.; SCHAPSMEIER, Frederick H. Farm Policy from FDR to Eisenhower: Southern Democrats and the Politics of Agriculture. *Agricultural History*, v. 53, n. 1, Southern Agriculture Since the Civil War: A Symposium, p. 352-371, jan. 1979a.
- SCHAPSMEIER, Edward L.; SCHAPSMEIER, Frederick H. Religion and reform: a case study of Henry A. Wallace and Ezra Taft Benson.

*Journal of Church and State*, v. 21, n 3, p. 525-535, 1979.

SHAARS, Marvin A. *The story of the Department of Agricultural Economics, 1909-1972*. Madison: University of Wisconsin, 1972. 87 p.

SHERIDAN, Richard B. A concept of agribusiness by John H. Davis and Ray A. Goldberg. *The American Economic Review*, v. 48, n. 1, p. 211-213, mar. 1958.

SMITH, Linda. The godfather of agribusiness: Ray Goldberg. *The Chain Letter*, v. 9, n. 3, p. 2-3, aug. 2010.

SMITH-LEVER Act. 8 may 1914. Disponível em: < <http://www.cals.ncsu.edu>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

STAL, Eva. Estratégia tecnológica na empresa: o caso Agrocere. *Revista de Administração*, v. 28, n. 1, p. 102-109, jan./mar. 1993.

TAYLOR, Henry C. *An introduction to the study of agricultural economics*. New York: Macmillan Company, 1905.

TAYLOR, Henry C.; SPILLMAN, W. J. The development of the American Farm Economic Association. *Journal of Farm Economics*, v. 4, n. 2, p. 92-100, apr. 1922.

THE AGRIBUSINESS Council. Disponível em: <<http://www.agribusinesscouncil.org/>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

THE EDITORS. In this issue. *Harvard Business Review*, v. 34, n. 1, p. 5-14, jan./feb. 1956.

THE FORD Foundation. *Ford Foundation Annual Report 1969*. New York: The Ford Foundation, 1969.

THE ROCKEFELLER Foundation. *Annual report, 1947*. New York: The Rockefeller Foundation, 1947. Disponível em: <[www.rockefellerfoundation.org](http://www.rockefellerfoundation.org)>. Acesso em: 4 fev. 2012.

THE ROCKEFELLER Foundation. *Annual report, 1967*. New York, The Rockefeller Foundation, 1967. Disponível em: <[www.rockefellerfoundation.org](http://www.rockefellerfoundation.org)>. Acesso em: 4 fev. 2012.

THE ROCKEFELLER Foundation. *Annual report, 1968*. New York, The Rockefeller Foundation, 1968. Disponível em: <[www.rockefellerfoundation.org](http://www.rockefellerfoundation.org)>. Acesso em: 4 fev. 2012.

TRELOGAN, Harry C. A concept of agribusiness by John H. Davis and Ray A. Godberg. *The Journal of Marketing*, v. 22, n. 2, p. 221-222, oct. 1957.

USDA. 2010. Disponível em: < <http://www.nal.usda.gov>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

WASSILY Leontief - Autobiography. *Nobel-prize.org*, 1999. Disponível em: <<http://www.nobelprize.org>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

WELLS, O. V. et al. The Fragmentation of the BAE. *Journal of Farm Economics*, v. 36, n. 1, p.1-21, feb. 1954.

WOODMAN, Harold D. *The business of agriculture*. West Lafayette: University of Purdue, [19--?]. Disponível em <<http://www.thebhc.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ZYLBERSTAJN, Decio; TURNER, Jonathan C.; JONES, James V. H. Agrocere-PIC. *Journal of Business Research*, v. 50, p. 71- 72, 2000.

## NOTA SOBRE O AUTOR

Mario Grynszpan é formado em História pela UFF, mestre e doutor em Antropologia Social pelo PPGAS-UFRJ. É pesquisador e professor do CPDOC-FGV e do Departamento de História da UFF e pesquisador do CNPq. Tem trabalhos publicados sobre elites no Brasil, teoria das elites e questão agrária. Sua pesquisa mais recente é sobre a gênese do agronegócio no Brasil.

Recebido em: 14.02.12

Aprovado em: 23.03.12